

## ANTEPROJETO DE LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

**Versão 1.0**

16 de fevereiro de 2004

### **Antecedentes**

- Esta proposta de Projeto de Lei foi elaborada a partir dos subsídios do Grupo de Trabalho de Gestão de Florestas Públicas e em consulta realizada no Seminário Internacional de Gestão de Florestas Públicas.
- O Grupo de Trabalho se reuniu em três oportunidades e reuniu cerca de 80 representantes do governo federal e governos estaduais, ONGs, instituições de pesquisa, empresas e movimentos sociais. As reuniões foram realizadas em:
  - 17 Dezembro 2003
  - 8 e 9 Janeiro de 2004
  - 26 e 27 de janeiro
- O Seminário Internacional de Gestão de Florestas Públicas foi realizado entre 12 e 14 de Fevereiro em Belém do Pará e reuniu mais de 250 participantes. O evento teve a seguinte programação temática:
  - 12 – Experiências Internacionais na Gestão de Florestas Públicas
  - 13 - Experiências Nacionais na Gestão de Florestas Públicas
  - A Experiência brasileira com Agências Reguladoras
  - 14 - Consulta Pública sobre o Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas
- Os comentários sobre esta proposta de Projeto de Lei deve ser encaminhada até dia 1 de março de 2004 pelo e-mail: [roberta.giudice@mma.gov.br](mailto:roberta.giudice@mma.gov.br) ou por correio e fax:

Programa Nacional de Florestas  
Secretaria de Biodiversidade e Florestas  
Ministério do Meio Ambiente  
Esplanada dos Ministérios  
Bloco "B" - 7o andar - Gabinete  
70068-900 - Brasília - DF - Brasil  
Tel: +55 61 317 1095  
Fax: +55 61 317 1493  
e-mail: roberta.giudice@mma.gov.br

# ANTEPROJETO DE LEI DE GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS

**Versão 1.0**

16 de fevereiro de 2004

Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável, cria a Agência Nacional de Florestas e dá outras providências.

## O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I<sup>1</sup> DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

#### CAPÍTULO I<sup>2</sup> Dos Princípios e Definições

Art. 1º Constituem princípios da gestão de florestas públicas:

- I – Promover a conservação dos ecossistemas, a biodiversidade, o solo e a água bem como dos valores culturais associados;
- II - Promover o estabelecimento de atividades florestais sustentáveis e eficientes que contribuam com o cumprimento das metas do desenvolvimento sócio-econômico local, regional e de todo o país;
- III - Facilitar à população o acesso aos recursos florestais e a seus benefícios.
- IV - Incentivar o processamento local, a diversificação industrial e o incremento da agregação de valor dos produtos e serviços da floresta, bem como a utilização e capacitação da mão de obra regional;
- V - Permitir a qualquer indivíduo o acesso às informações referentes à gestão de florestas públicas, nos termos da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, de forma a garantir a devida transparência e o controle social;
- VI – Promover e difundir a pesquisa florestal e agroflorestal relacionada à conservação e ao uso sustentável das florestas;
- VII - Fomentar o conhecimento e promover a formação de consciência da população nacional sobre o manejo responsável dos recursos florestais; e
- VIII - Garantir condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo no manejo e conservação das florestas.

§ 1º Serão objeto de regulamentação os atos a serem submetidos a audiências públicas e sua forma de realização, de maneira a viabilizar o efetivo e eficaz exercício do direito à informação.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão as adaptações necessárias de sua legislação às prescrições desta Lei, buscando atender as peculiaridades das diversas modalidades de gestão de florestas públicas.

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se<sup>3</sup>:

- I - florestas públicas: áreas florestadas, naturais ou plantadas, localizadas em terras devolutas, áreas sob a dominialidade da União, Estados e Municípios ou órgãos públicos, incluindo as florestas nacionais;

---

<sup>1</sup> 1. Disposições Preliminares

<sup>2</sup> 1.1 Princípios

<sup>3</sup> 1.2 Definições

II - concessão de floresta pública: delegação do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos e serviços, feita pelo Poder Concedente, mediante licitação à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que atendam às exigências do respectivo edital e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado;

III - unidade de manejo: área definida a partir de critérios técnicos, econômicos e ambientais, localizadas em florestas públicas, objeto de um plano de manejo florestal;

IV - Poder Concedente: União, Estado, Distrito Federal ou Município, titular da floresta pública;

V - comunidades locais: grupos familiares isolados ou não localizados dentro ou no entorno da Unidade de Manejo e que possuem relação direta ou indireta com a mesma.

VI - anuência prévia de viabilidade ambiental: documento expedido pelo órgão ambiental competente, previamente a licitação para concessão de floresta pública, anuindo o desenvolvimento de manejo florestal para exploração de produtos e serviços na Unidade de Manejo.

VII - auditoria florestal: ato de avaliação independente e qualificada do desenvolvimento de atividades florestais de acordo com o plano de manejo florestal sustentável.

## **TÍTULO II DA GESTÃO DE FLORESTAS PÚBLICAS<sup>4</sup>**

### **CAPÍTULO I Dos instrumentos de gestão de florestas públicas<sup>5</sup>**

Art. 3º São instrumentos da gestão de florestas públicas para produção:

I – criação e gestão de unidades de conservação de uso direto nos termos da Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000.

II - a destinação de terras públicas às populações tradicionais e comunidades locais.

III - a concessão de florestas públicas, incluindo florestas plantadas e nativas e as unidades de manejo das Florestas Nacionais; e

IV - o fomento à atividade florestal e a regulação do mercado de produtos florestais, exercidos e regulamentados pela ANF;

§ 1º A destinação de terras públicas às populações tradicionais e comunidades locais dar-se-á na forma prevista na legislação agrária e de unidades de conservação.

### **CAPÍTULO II Das Concessões Florestais<sup>6</sup>**

Art. 4º A concessão de florestas públicas será autorizada em ato do Poder Concedente e se formalizará mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitações.

Art. 5º A licitação de cada lote regional disposto no Plano Anual de Outorga de Manejo deve ser precedida de consulta pública, nos termos da regulamentação.

---

<sup>4</sup> 4 Da gestão e exploração de florestas públicas

<sup>5</sup> 4.1 Normas gerais

<sup>6</sup> 4. Da Gestão das Florestas Públicas – 4.1 Das Normas Gerais – 4.2 Das Concessões Florestais

## **Seção I**

### **Do processo de outorga<sup>7</sup>**

Art. 6º O Poder Concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão para as Unidades de Manejos, caracterizando seu objeto, área e prazo.

Art. 7º As licitações para concessão para manejo de florestas públicas serão processadas na modalidade de concorrência e serão outorgadas a título oneroso.

§ 1º Nas licitações referidas no caput é vedada a declaração de inexigibilidade prevista no art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993<sup>8</sup>.

§ 2º Nas licitações mencionadas no § 1º, a declaração de dispensa de licitação só será admitida quando não acudirem interessados à primeira licitação e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração, mantidas, neste caso, todas as condições estabelecidas no edital.

## **Seção II**

### **Dos critérios de elegibilidade**

Art. 8º São elegíveis para fins de concessão as florestas públicas previstas no Plano Anual de Outorga de Manejo.

Art. 9º O Plano Anual de Outorga de Manejo em Florestas Públicas deve ser elaborado considerando:

- I. o planejamento nacional para o setor florestal;
- II. a exclusão das terras indígenas, das áreas ocupadas por comunidades locais e das áreas de interesse para a criação de unidades de conservação;
- III. as áreas de convergência com as concessões de outros setores;
- IV. as políticas estaduais, distrital e municipais; e
- V. as políticas nacionais de ordenamento territorial e de desenvolvimento regional e o Zoneamento Econômico Ecológico, quando houver.

## **Seção III**

### **Do objeto da concessão<sup>9</sup>**

Art. 10 Outorga-se a concessão florestal para manejo dos recursos florestais a empresa ou consórcio em uma área determinada, medida e orientada de norte a sul, registradas no Cadastro Geral de Florestas Públicas, georeferenciada e com tamanho definido com base em critérios técnicos, que considerará entre outros a estrutura da cadeia produtiva, infraestrutura local e o acesso ao mercado.

Art. 11 O objeto de cada concessão será fixado no edital, que definirá os produtos florestais e serviços autorizados para exploração.

Parágrafo único. Os concessionários podem contratar terceiros para executar atividades do manejo da floresta para um ou mais produtos ou serviços, permanecendo a concessionário com todas responsabilidades sobre o manejo e conservação da floresta e demais obrigações.

---

<sup>7</sup> 4.2.2 Do processo de outorga

<sup>8</sup> “Art. 25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (...) II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (...)”

<sup>9</sup> 4.2.1 Objeto da Concessão

Art. 12 A concessão não dá direito de acesso aos recursos genéticos, incluindo pesquisa e registro de patentes, cujo regime de tratamento se rege pela legislação específica da matéria<sup>10</sup>.

#### **Seção IV Da anuência prévia**

Art. 13 Previamente a adoção de instrumentos de gestão da floresta pública, deve ser requerido ao órgão ambiental competente, a anuência prévia de viabilidade ambiental do manejo florestal da área a ser manejada.

#### **Seção V Da licitação**

Art. 14 Toda concessão de florestas públicas será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

#### **Seção VI Da habilitação**

Art. 15 Além de outros previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, são requisitos mínimos para habilitação nas licitações de concessão de manejo florestal, nos termos especificados em cada edital:

- I - comprovação da capacidade técnica, administrativa e financeira; e
- II - certidão negativa de débitos junto ao IBAMA.

#### **Seção VII Do edital de licitação**

Art. 16 O edital de licitação será elaborado pelo Poder Concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos e conterà, especialmente:

- I - o objeto, com a delimitação, localização e topografia, mapas e imagens de satélite e as informações públicas disponíveis sobre a área;
- II - os resultados do inventário amostral, sempre que houver viabilidade econômica;
- III - o prazo da concessão e as condições de renovação e prorrogação;
- IV - descrição da infra-estrutura disponível;
- V - condições e datas para a realização de visitas de reconhecimento das áreas e levantamento de dados adicionais;
- VI - a descrição das condições necessárias à exploração dos serviços e produtos florestais de forma sustentável;
- VII - os prazos para recebimento das propostas, julgamento da licitação e assinatura do contrato;
- VIII - prazo, local e horário em que serão fornecidos, aos interessados, os dados, estudos e projetos necessários à elaboração dos orçamentos e apresentação das propostas;
- IX - os critérios e a relação dos documentos exigidos para a aferição da capacidade técnica, da idoneidade financeira e da regularidade jurídica e fiscal;
- X - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros a serem utilizados no julgamento técnico, ambiental e econômico-financeiro da proposta;
- XI - as possíveis fontes de receitas alternativas, complementares ou acessórias, bem como as provenientes de projetos associados;

<sup>10</sup> Medida Provisória 2126-16/2001 – Dispõe sobre o Acesso aos Patrimônio Genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso a tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização.

- XII – os preços mínimos e os critérios de reajuste e revisão;
- XIII - as garantias.
- XIV - as características dos bens reversíveis e as condições em que estes serão postos à disposição, nos casos de extinção da concessão anterior;
- XV - as condições de liderança da empresa responsável, na hipótese em que for permitida a participação de empresas em consórcio; e
- XVI - a minuta do respectivo contrato, que conterá as cláusulas essenciais referidas no **art. 25** desta Lei, quando aplicáveis.

§ 1º Além dos conteúdos previstos nos incisos I a XVI deste artigo o edital deverá conter as condições contratuais previstas no **art. 25**.

§ 2º O Edital será submetido à consulta pública previamente ao seu lançamento conforme regulamentação.

Art. 17 Quando permitida, na licitação, a participação de empresas em consórcio, observar-se-ão as seguintes normas:

- I - comprovação de compromisso, público ou particular, de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;
- II - indicação da empresa responsável pelo consórcio;
- III – apresentação dos documentos exigidos nos incisos IX e XV do **art. 16**, por parte de cada consorciada;
- IV - impedimento de participação de empresas consorciadas na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

§ 1º O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

§ 2º A empresa líder do consórcio é a responsável perante o Poder Concedente pelo cumprimento do contrato de concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais consorciadas.

§ 3º As alterações das empresas consorciadas devem ser submetidas ao Poder Concedente para a verificação da manutenção das condições de habilitação.

Art. 18 É facultado ao Poder Concedente, desde que previsto no edital, determinar que o licitante vencedor, no caso de consórcio, se constitua em empresa antes da celebração do contrato.

Art. 19 Os estudos, investigações, levantamentos, projetos, obras e despesas ou investimentos já efetuados, vinculados à concessão, de utilidade para a licitação, realizados pelo Poder Concedente ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados, devendo o vencedor da licitação ressarcir os dispêndios correspondentes, especificados no edital.

Art. 20 É assegurada a qualquer pessoa a obtenção de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres relativos à licitação ou às próprias concessões.

## **Seção VIII**

### **Dos critérios de seleção**

Art. 21 No julgamento da licitação será considerado a melhor proposta em razão da combinação dos seguintes critérios:

- I - o maior preço ofertado como pagamento ao Poder Concedente pela outorga da concessão;
- II - a melhor técnica, incluindo a avaliação do plano de manejo e minimização de impactos ambientais;

III – os maiores benefícios sociais diretos, aferido pelas ações de atendimento às necessidades sociais da população do entorno e a geração de emprego e renda na região;

§ 1º A aplicação dos critérios descritos nos incisos I, II e III do caput será previamente estabelecida no edital de licitação, inclusive com regras e fórmulas precisas para avaliação ambiental-econômico-social-financeira.

§ 2º Para fins de aplicação do disposto no inciso II, o edital de licitação conterá parâmetros e exigências para formulação de propostas técnicas.

§ 3º O Poder Concedente recusará propostas manifestamente inexecutáveis ou financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação.

### **CAPÍTULO III**

#### **Do contrato de concessão<sup>11</sup>**

Art. 22. Para cada Unidade de Manejo licitada será assinado um contrato de concessão exclusivo para um único concessionário que será responsável por todas as obrigações previstas no contrato, bem como responder por todos os prejuízos causados ao Poder Concedente, ao meio ambiente ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenuie essa responsabilidade.

§ 1º Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere este artigo, a concessionária poderá contratar terceiros para o desenvolvimento de atividades principais, acessórias ou inerentes ao manejo florestal sustentável dos produtos florestais concedido.

§ 2º Os contratos celebrados entre a concessionária e os terceiros a que se refere o § 1º reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o Poder Concedente.

§ 3º A execução das atividades contratadas com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares da prática do manejo florestal sustentável.

§ 4º Não é admitida a subconcessão.

Art. 23 A transferência do controle societário da concessionária sem prévia anuência do Poder Concedente implicará a rescisão da concessão.

Parágrafo único. Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo o pretendente deverá:

- I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do manejo florestal sustentável; e
- II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

Art. 24 Nos contratos de financiamento, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução do plano de manejo, bem como o pagamento dos preços florestais.

Art. 25 São cláusulas essenciais do contrato de concessão as relativas:

- I - ao objeto, com a descrição da área, dos produtos e dos serviços a serem explorados, e ao prazo da concessão;

---

<sup>11</sup> 4.2.3 Do contrato de concessão

- II - ao prazo máximo para a concessionária iniciar a execução do plano de manejo florestal sustentável;
- III - ao modo, forma, condições e prazos da realização das auditorias florestais;
- IV - ao modo, forma e condições de exploração de serviços e prática do manejo florestal;
- V - aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade do meio ambiente;
- VI - aos critérios máximos e mínimos de aproveitamento econômico;
- VII - às ações voltadas ao atendimento social da população do entorno a serem desenvolvidas pela concessionária;
- VIII - ao preço do serviço e aos critérios e procedimentos para o reajuste e a revisão dos preços da concessão;
- IX - aos direitos, garantias e obrigações do Poder Concedente e da concessionária, inclusive os relacionados às necessidades de alterações futuras e modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações;
- X - à forma de monitoramento e avaliação das instalações, dos equipamentos, dos métodos e práticas de execução do manejo florestal e exploração de serviços;
- XI - às penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita a concessionária e sua forma de aplicação;
- XII - aos casos de extinção da concessão;
- XIII - aos bens reversíveis;
- XIV - aos critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária, quando for o caso;
- XV - às condições para revisão e prorrogação do contrato;
- XVI - à obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas da concessionária ao Poder Concedente;
- XVII - à exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária;
- XVIII - aos critérios de bonificação para desempenho sócio-ambiental que atingir melhores índices que os previstos no contrato, conforme regulamento; e
- XIX - ao foro e ao modo amigável de solução das divergências contratuais.

§ 1º Do objeto descrito no inciso, deverão ser excluídos os produtos de uso tradicional, de subsistência e de interesse econômico para as comunidades locais e definidos as restrições ao manejo das espécies que produzem estes produtos.

§ 2º As garantias previstas no inciso IX deste artigo considerarão possíveis danos causados aos recursos naturais, ao erário e a terceiros

§ 3º Para a concessão de áreas a pequenas empresas e consórcio de comunitários, serão previstas em regulamento formas alternativas de fixação das garantias, previstas no inciso IX deste artigo.

§ 4º No exercício da fiscalização, a ANF terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.

## **Seção I**

### **Dos encargos da concessionária**

Art. 26 Incumbe à concessionária:

- I - planejar e executar o plano de manejo florestal sustentável, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;
- II - evitar ações ou omissões passíveis de gerar danos graves ou irreversíveis ao ecossistema ou qualquer de seus elementos, alegando a falta de plena certeza científica, a ausência de normas e nem a autorização concedida pela autoridade competente;

- III - cumprir e fazer cumprir as normas de manejo florestal, as regras de exploração de serviços e as cláusulas contratuais da concessão;
- IV - garantir, quando possível, a execução do ciclo contínuo, iniciada dentro do prazo máximo fixado no edital;
- V - procurar avançar progressivamente em direção ao uso integral da floresta, envidando esforços consistentes e continuados em tal sentido e com reflexos na medida do possível nos planos de manejo e suas atualizações;
- VI - realizar benfeitorias necessárias à execução do plano de manejo, dentro da unidade de manejo;
- VII - executar atividades necessárias à manutenção e aos tratamentos silviculturais;
- VIII - processar ou comercializar o produto florestal auferido do manejo;
- IX - proteger a floresta contra incêndios e exploração não-sustentável ou não autorizada, adotando medidas preventivas;
- X - monitorar a execução do plano de manejo florestal sustentável
- XI - zelar pela integridade dos bens vinculados à área concedida, bem como segurá-los adequadamente;
- XII - manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;
- XIII - elaborar e disponibilizar o relatório anual sobre a gestão dos recursos florestais à ANF, nos termos definidos no contrato;
- XIV - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações da área concedida, bem como a seus registros contábeis; e
- XV - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à execução do plano de manejo florestal sustentável.

§ 1º As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o Poder Concedente.

§ 2º As benfeitorias permanentes reverterão ao Poder Público concedente no final do contrato de concessão.

§ 3º Como requisito indispensável para a iniciação das operações florestais, o concessionário deverá contar com o respectivo plano de manejo florestal sustentável aprovado ou aprovação de exploração de serviços florestais, conforme regulamento.

## **Seção II**

### **Dos limites de tamanho e número de concessões**

Art. 27 Para fins de garantir o direito de acesso ao manejo das florestas públicas por pequenos e médios produtores florestais, o Plano Anual de Outorga de Manejo definirá lotes de gestão, contendo várias unidades de manejo de tamanhos diversos, que atendam as necessidades dos potenciais concorrentes e as peculiaridades regionais.

## **Seção III**

### **Dos prazos**

Art. 28 O prazo dos contratos de concessão de manejo florestal é estabelecido de acordo com o ciclo de colheita ou exploração, considerando o produto ou grupo de produtos com ciclo mais longo a ser explorado, podendo ser fixado prazos equivalentes a, no mínimo, um ciclo e, no máximo, 60 anos.

Parágrafo único. O contrato poderá prever um prazo flexível sujeito a renovações mediante auditorias florestais periódicas respeitando-se as condições previstas no caput.

Art. 29 O prazo dos contratos de concessão exclusivos para exploração de serviços florestais será de no mínimo cinco e no máximo vinte anos.

Art. 30 Os contratos de concessão serão submetidos a auditorias florestais periódicas no mínimo a cinco anos.

#### **CAPÍTULO IV<sup>12</sup>**

##### **Do preço florestal**

Art. 31 O regime econômico e financeiro da concessão de terras públicas para manejo florestal, conforme estabelecido no respectivo contrato, compreende:

- I - o pagamento de um preço fixo;
- II - o pagamento de um preço variável;
- III - a responsabilidade do concessionário em realizar investimentos em obras e instalações que reverterão à União na extinção do contrato, garantida a indenização nos casos e condições previstos nesta Lei;
- IV - indisponibilidade, pelo concessionário, salvo disposição contratual, dos bens considerados reversíveis.

Parágrafo único. O preço referidos nos incisos I e II serão cobrados em parcelas fixadas, conforme as peculiaridades locais, que observarão o lapso temporal máximo de um ano.

Art. 32 Entende-se por preço fixo a parcela calculada com base na extensão da área concedida e estabelecida:

- I - no contrato de concessão resultante de licitação pública;
- II - no contrato que prorogue a concessão existente, nas hipóteses admitidas em lei;
- III - em ato específico da ANF, que determine a aplicação de novos valores, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

§ 1º A determinação da ANF mencionada no inciso III deste artigo deverá preceder a data de pagamento do preço em no mínimo trinta dias, contendo justificativas que comprovem os fatos alegados para a revisão ou reajuste, ou os índices utilizados.

§ 2º As áreas de preservação permanente são isentas do pagamento de preços florestais.

Art. 33 Entende-se por preço variável a parcela calculada sobre um percentual do volume de produtos ou do faturamento líquido ou bruto dos serviços explorados, estabelecido conforme disposto nos incisos I a III do art. 32.

Art. 34 Os contratos de concessão referidos no art. 32 poderão prever o compromisso de investimento mínimo anual do concessionário destinado à modernização da execução dos planos de manejo, com vistas a sua sustentabilidade.

#### **Seção I**

##### **Da destinação dos recursos**

Art. 35 Os recursos oriundos dos preços da concessão para o manejo florestal sustentável serão distribuídos da seguinte maneira:

- I – a parcela fixa será destinada a Agência Nacional de Florestas para a execução de suas atividades;
- II – será dada a seguinte destinação à parcela variável:

---

<sup>12</sup> 4.2.4 Das Tarifas

- a) Titular da área da unidade de manejo: 25%
- b) Municípios: 25%, distribuídos de acordo as áreas de manejo outorgadas em suas respectivas jurisdições para o apoio e promoção da utilização sustentável dos recursos florestais e a execução de obras sociais de interesse local, sempre que o município beneficiário cumpra com a finalidade deste aporte;
- c) Fundo de Desenvolvimento Florestal: 50%

Art. 36 Fica criado o Fundo de Desenvolvimento Florestal - FDF vinculado a Agência Nacional de Florestas destinado a promover pesquisa e desenvolvimento tecnológico, assistência técnica, treinamento, capacitação e extensão relacionados ao desenvolvimento de atividades de base florestal no Brasil.

## **CAPÍTULO V**

### **Das auditorias florestais<sup>13</sup>**

Art. 37 Em prazos não superiores a cinco anos, as concessões serão submetidas a auditorias florestais por agentes reconhecidos pela ANF através de ato administrativo específico e cujo custo será coberto pelo concessionário.

Parágrafo único. As auditorias referidas neste artigo apresentarão suas conclusões nos seguintes termos, definidos em regulamento:

- I - de cumprimento, que devidamente validados pela ANF, implicam na liberação automática da manutenção do contrato;
- II - de deficiências sanáveis, que implicam no direito a manutenção contratual condicionada ao saneamento no prazo máximo de seis meses; e
- III - de descumprimento, que devidamente validados implicam a aplicação de sanções segundo sua gravidade, incluindo a rescisão, conforme a presente lei.

Art. 38 Qualquer pessoa física ou jurídica, devidamente assistida por profissionais qualificados, poderá fazer visitas de comprovação às operações florestais de campo, sem obstar o desenvolvimento das atividades, mediante prévia obtenção de licença de visita da instância local da ANF, conforme a regulamento.

## **CAPÍTULO VI**

### **Da extinção da concessão**

Art. 39 Extingue-se a concessão florestal por qualquer das seguintes causas:

- I - esgotamento do prazo contratual;
- II - rescisão;
- III - anulação;
- V - falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual;
- VI - renúncia.

§ 1º Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

§ 2º A extinção da concessão autoriza a ocupação das instalações e a utilização, pelo Poder Concedente, de todos os bens reversíveis.

---

<sup>13</sup> 4.2.5 Do monitoramento

Art. 40 A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a qualidade ambiental da área concedida.

Art. 41 A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do Poder Concedente, a declaração de rescisão da concessão ou a aplicação das sanções contratuais.

§ 1º A rescisão da concessão poderá ser declarada pelo Poder Concedente quando:

- I - ocorrer a comprovação de fraude no processo de licitação;
- II - o manejo estiver sendo executado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base os critérios, indicadores e parâmetros definidores do plano de manejo florestal sustentável, definidos em regulamento;
- III - a concessionária descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;
- IV - a concessionária descumprir o plano de manejo florestal sustentável, de forma que afete elementos essenciais de proteção e sustentabilidade, conforme a presente lei e seu regulamento;
- V - a concessionária paralisar a execução do plano de manejo florestal sustentável por prazo maior que o previsto em contrato, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito, força maior ou visando a proteção ambiental, com anuência da ANF;
- VI - falta de pagamento do preço florestal;
- VII - a concessionária perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a regular execução do plano de manejo florestal sustentável;
- VIII - a concessionária não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
- IX - a concessionária não atender a intimação da ANF no sentido de regularizar o exercício de suas atividades; e
- X - a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

§ 2º A declaração da rescisão da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 3º Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no § 1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.

§ 4º Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a rescisão será declarada por decreto do Poder Concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo e da responsabilização administrativa, civil e criminal.

§ 5º A indenização de que trata o § 4º deste artigo será devida de acordo com o art. 40 desta lei e do contrato, será descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.

§ 6º Declarada a rescisão, não resultará para a ANF qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

Art. 42 A renúncia a concessão é condicionada a prévia auditoria florestal para determinar a existência ou não de descumprimento do plano de manejo florestal sustentável, devendo assumir o renunciante o custo desta auditoria e conforme o caso, as obrigações emergentes.

Art. 43 O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.

## **CAPÍTULO VII**

### **Das Florestas Nacionais**

Art. 44 Além de observar as normas prescritas nesta Lei e tendo em vista as demais determinações legais cabíveis, as concessões em Florestas Nacionais tem o objetivo de desenvolver métodos de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica.

Parágrafo único. Somente serão objeto de concessão as unidades de manejo das Florestas Nacionais após regularização fundiária e a aprovação do plano de manejo da unidade de conservação.

Art. 45 As licitações para a concessão de manejo florestal em Florestas Nacionais devem observar os limites impostos no Plano de Manejo da Unidade de Conservação.

Art. 46 Para a elaboração do edital e do contrato de concessão de que tratam os arts. 16 e 25, ouvir-se-á o Conselho Consultivo da Floresta Nacional.

## **TÍTULO III<sup>14</sup>**

### **DAS COMPETÊNCIAS**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Do Poder Concedente**

Art. 47 Além das demais atribuições legais, compete ao Poder Concedente formular as estratégias, políticas, planos e programas de alcance nacional para o cumprimento da gestão de florestas públicas, com a seguinte atribuição:

- I - definir o plano anual de concessões florestais;
- II - definir as áreas a serem submetidas à concessão para o manejo florestal;
- III - consultar à Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas – CONAFLORE sobre a adoção de ações de gestão de florestas públicas, bem como sobre o plano anual de concessões florestais;
- IV - estabelecer as regras de licitação e os critérios de seleção;
- V - promover as licitações e definir os critérios para formalização dos contratos para o manejo florestal sustentável; e
- VI - planejar ações voltadas à regulação do mercado.

§ 1º No exercício da competência referida no inciso IV deste artigo, o Poder Concedente, em âmbito federal, delegará a ANF a operacionalização dos procedimentos licitatórios, podendo inclusive delegar-lhe a celebração de contratos, nos termos do regulamento.

§ 2º No âmbito federal, fica o Ministério do Meio Ambiente encarregado pelas ações definidas neste artigo.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA**

Art. 48 No âmbito de sua competência, cabe ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

---

<sup>14</sup> 2. Competências – 2.1 Poder Executivo – (MMA – IBAMA)

- I - fiscalizar e garantir a proteção das florestas públicas, de ofício ou provocado pelo concessionário, e solicitar, quando necessário, auxílio a Polícia Federal e, conforme o caso, as Forças Armadas, para o efetivo cumprimento do disposto nesta Lei, mediante intervenções oportunas, eficazes e legais;
- II - expedir anuência prévia quanto a viabilidade ambiental da área a ser submetida à concessão florestal;
- III - aprovar o plano de manejo florestal sustentável da Unidade de Manejo;
- IV - efetuar em qualquer momento, de ofício, por solicitação da parte ou por denúncia de terceiros, fiscalização da unidade de manejo, quanto ao cumprimento da legislação ambiental.

### **CAPÍTULO III** **Da Agência Nacional de Florestas<sup>15</sup>**

Art. 49 Compete a Agencia Nacional de Florestas – ANF:

- I - elaborar proposta de Plano Anual de Outorga de Manejo em Florestas Públicas a ser submetido ao Poder Concedente;
- II - regulamentar a operacionalização da gestão de florestas públicas;
- III - solicitar ao IBAMA a anuência prévia de viabilidade ambiental das unidades de manejo;
- IV - promover, mediante delegação do Poder Concedente, nos termos do regulamento, os procedimentos licitatórios para a contratação de concessionários de manejo florestal sustentável;
- V - gerir os contratos de concessão e fiscalizar as concessões para manejo florestal sustentável;
- VI - dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionários, produtores independentes e populações tradicionais;
- VII - controlar e cobrar o cumprimento das metas fixadas no contrato de concessão;
- VIII - fixar os critérios para cálculo do preço, de que trata o art. **XX**, e proceder à revisão e ao reajuste dos preços na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;
- IX - cobrar e verificar o pagamento dos preços florestais e distribuí-los de acordo com a lei;
- X - acompanhar e intervir na execução do plano de manejo florestal sustentável, nos casos e condições previstos em lei;
- XI - aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
- XII - extinguir a concessão, nos casos previstos nesta Lei e na forma prevista no contrato;
- XIII - estimular o aumento da qualidade, produtividade, rendimento e conservação do meio ambiente;
- XV - dispor sobre a realização de auditorias florestais independentes, conhecer seus resultados e adotar as medidas cabíveis, conforme o resultado;
- XVI - regulamentar o acesso às unidades de manejo;
- XVII – criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais e o Cadastro Geral de Florestas Públicas;
- XVIII - estabelecer restrições, limites ou condições para empresas, grupos empresariais e acionistas, quanto à obtenção e transferência de concessões, à concentração societária e à realização de negócios entre si, com vistas a propiciar concorrência efetiva entre as empresas do setor florestal, no âmbito das concessões de florestas públicas, e a impedir a concentração econômica nos serviços e produtos florestais;
- XIX - incentivar a competitividade e zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes do setor florestal;
- XX - efetuar o controle prévio e a posteriori de atos e negócios jurídicos a serem celebrados entre concessionários, impondo-lhes restrições à mútua constituição

---

<sup>15</sup> 2.2.3 Órgão regulador (ANF)

de direitos e obrigações, especialmente comerciais e, no limite, a abstenção do próprio ato ou contrato;

XXI - fixar as multas administrativas a serem impostas aos concessionários, observado o limite, por infração, de 2% (dois por cento) do faturamento, para violação dos termos contratuais;

XXII – apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação e assistência técnica para a implementação do manejo florestal sustentável, incluindo seus produtos e serviços, e processamento dos produtos florestais.

XXIII - estimular a formação de organizações da sociedade civil com o fim de defender os interesses ambientais, sociais e econômicos, relativos à prática de atividades florestais, madeireira, não-madeireira e de serviços;

XXIV - estimular a formação de consórcios de pequenos produtores e usuários florestais;

XXV - estimular a agregação de valor ao produto florestal na região em que for explorado e desenvolver ações que visem coibir a comercialização para outras regiões desses produtos em bruto; e

XXVI - conhecer os recursos que correspondam dentro do procedimento administrativo.

§ 1º A ANF deverá submeter obrigatoriamente ao Ministério Público Federal e ao Congresso Nacional, um relatório anual sobre as concessões outorgadas, valor dos preços florestais e seu correspondente estado de pagamento, planos de manejo e seu estado de execução, vistorias e auditorias florestais realizadas e seus correspondentes resultados, assim como as demais informações relevantes sobre o real e efetivo cumprimento dos objetivos da gestão florestal.

§ 2º A ANF poderá firmar contratos com outros entes da federação, órgãos e empresas públicas e comunidades locais para a gestão das florestas sob suas titularidades.

## **TÍTULO IV DO ÓRGÃO REGULADOR<sup>16</sup>**

### **CAPÍTULO I Da criação da Agência Nacional de Florestas**

Art. 50 É instituída a Agência Nacional de Florestas - ANF, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado.

Art. 51 A Agência Nacional de Florestas - ANF tem por finalidade regular e fomentar as atividades florestais, bem como operacionalizar e fiscalizar a gestão de florestas públicas, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, a ANF promoverá a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para a execução de suas atividade de forma eficiente e compatível com as diretrizes nacionais de planejamento para o setor florestal e com a Política Nacional de Meio Ambiente.

### **CAPÍTULO II Da estrutura organizacional e gestão da Agência Nacional de Florestas<sup>17</sup>**

#### **Seção I Do Conselho Diretor<sup>18</sup>**

---

<sup>16</sup> 3 DO ORGÃO REGULADOR – 3.1 Da criação da Agência Nacional de Florestas - ANF

<sup>17</sup> 3.2 Da estrutura organizacional e gestão da ANF

<sup>18</sup> 3.2.1. Conselho Diretor

Art. 52 A ANF será dirigida por um Diretor-Geral e quatro Diretores, em regime de colegiado, cujas funções serão estabelecidas no ato administrativo que aprovar a estrutura organizacional da autarquia.

§ 1º As decisões relativas às atribuições da ANF são tomadas pelo Conselho Diretor, por maioria de votos.

§ 2º É criado, na ANF, o cargo de Diretor-Geral, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores, código DAS 101.6.

Art. 53 O Diretor-Geral e os demais Diretores serão nomeados pelo Presidente da República para cumprir mandatos não coincidentes de quatro anos.

§ 1º A nomeação dos membros da Diretoria dependerá de prévia aprovação do Senado Federal, nos termos da alínea "f" do inciso III do art. 52 da Constituição Federal<sup>19</sup>.

§ 2º Os mandatos do primeiro conselho diretor terão as seguintes vigências:

- I – Diretor Geral: quatro anos
- II – Dois diretores: três anos
- III – Dois diretores: cinco anos

Art. 54 Está impedida de exercer cargo de direção na ANF a pessoa que mantiver os seguintes vínculos com qualquer empresa concessionária ou produtor florestal independente:

- I - acionista ou sócio com participação individual direta superior a três décimos por cento no capital social ou superior a dois por cento no capital social de empresa controladora;
- II - membro do conselho de administração, fiscal ou de diretoria executiva;
- III - empregado, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, inclusive das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras.

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo de direção da ANF membro do conselho ou diretoria de associação regional ou nacional, representativa de interesses dos agentes mencionados no caput, de categoria profissional de empregados desses agentes, bem como representantes da sociedade civil organizada com atuação na área florestal.

Art. 55 A exoneração imotivada de dirigente da ANF somente poderá ser promovida nos quatros meses iniciais do mandato, findos os quais é assegurado seu pleno e integral exercício.

Parágrafo único. Constituem motivos para a exoneração de dirigente da ANF, em qualquer época, a prática de ato de improbidade administrativa, a condenação penal transitada em julgado e o descumprimento injustificado do contrato de gestão.

Art. 56 O ex-dirigente da ANF, durante os doze meses seguintes ao exercício do cargo, estará impedido de prestar, direta ou indiretamente, independentemente da forma ou natureza do contrato, qualquer tipo de serviço às empresas sob regulamentação ou fiscalização da ANF, inclusive controladas, coligadas ou subsidiárias.

§ 1º Durante o prazo da vinculação estabelecida no caput será facultado ao ex-dirigente da ANF continuar vinculado à autarquia prestando serviço à ANF ou a qualquer outro órgão da administração pública direta da União, em área atinente à sua qualificação profissional, mediante remuneração equivalente à do cargo de direção que exerceu.

<sup>19</sup> “Art 52 – Compete privativamente ao senado federal: (...) III – aprovar previamente, por voto secreto após arguição pública, a escolha de: (...) f) titulares de outros cargos que a lei determinar;”

§ 2º Incorre na prática de advocacia administrativa, sujeitando-se o infrator às penas previstas no art. 321 do Código Penal, o ex-dirigente da ANF, inclusive por renúncia ao mandato, que descumprir o disposto no caput deste artigo.

§ 3º Exclui-se do disposto neste artigo o ex-dirigente que for exonerado no prazo indicado no caput do art. 55.

Art. 57 Os cargos em comissão da autarquia serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissional da autarquia, aplicando-se-lhes as mesmas restrições do art. 54 quando preenchidos por pessoas estranhas aos quadros da ANF, exceto no período a que se refere o art. 56.

Parágrafo único. Ressalvada a participação em comissões de trabalho criadas com fim específico, duração determinada e não integrantes da estrutura organizacional da autarquia, é vedado à ANF requisitar, para lhe prestar serviço, empregados de empresas sob sua regulamentação ou fiscalização.

## **Seção II Do Conselho Consultivo<sup>20</sup>**

Art. 58 Ao Conselho Consultivo compete:

I – Opinar sobre antes da aprovação pelo poder concedente sobre o Plano Anual de Outorga de Manejo em florestas públicas;

II – Apreciar os relatórios anuais previstos no art. 49 § 1º.

Parágrafo único. A Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas exercerá a função de Conselho Consultivo da ANF.

## **Seção III Da Ouvidoria<sup>21</sup>**

Art. 59 À Ouvidoria da ANF compete:

I - receber pedidos de informações e esclarecimentos, apurar e solucionar queixas e reclamações afetos à autarquia e responder diretamente aos interessados, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas; e

II - produzir, anualmente e quando julgar oportuno, relatório circunstanciado de suas atividades e encaminhá-lo à Diretoria-Geral e ao Ministério do Meio Ambiente.

§ 1º O Ouvidor atuará junto à Diretoria Colegiada ou Conselho Diretor da ANF sem subordinação hierárquica e exercerá as suas atribuições sem acumulação com outras funções.

§ 2º O Ouvidor será nomeado pelo Presidente da República para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

## **Seção IV Do Contrato de Gestão<sup>22</sup>**

---

<sup>20</sup> 2.2.2. Conselho Consultivo (CONAFLOP)

<sup>21</sup> 3.2.2. Ouvidoria

<sup>22</sup> 3.2.4. Contrato de Gestão

Art. 60 A administração da ANF será objeto de contrato de gestão, negociado e celebrado entre a Diretoria e o Poder Concedente no prazo máximo de noventa dias após a nomeação do Conselho Diretor, devendo uma cópia do instrumento ser encaminhada para registro no Tribunal de Contas da União, onde servirá de peça de referência em auditoria operacional.

§ 1º O contrato de gestão será o instrumento de controle da atuação administrativa da autarquia e da avaliação do seu desempenho e elemento integrante da prestação de contas do Ministério do Meio Ambiente e da ANF, a que se refere o art. 9º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, sendo sua inexistência considerada falta de natureza formal, de que trata o inciso II do art. 16 da mesma Lei.

§ 2º Além de estabelecer parâmetros para a administração interna da autarquia e os procedimentos administrativos, o contrato de gestão deve estabelecer, nos programas anuais de trabalho, indicadores que permitam quantificar, de forma objetiva, a avaliação do seu desempenho.

§ 3º O contrato de gestão será avaliado periodicamente e, se necessário, revisado por ocasião da renovação parcial da diretoria da autarquia, sem prejuízo da solidariedade entre seus membros.

## **Seção V**

### **Da receita e do acervo da Agência Nacional de Florestas<sup>23</sup>**

Art. 61 Constituem receitas da Agência Nacional de Florestas - ANF:

- I - recursos oriundos da cobrança do preço de concessão de manejo florestal;
- II - recursos ordinários do Tesouro Nacional, consignados no Orçamento Fiscal da União e em seus créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;
- III - produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública, de emolumentos administrativos e de taxas de inscrição em concurso público;
- IV - rendimentos de operações financeiras que realizar;
- V - recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- VI - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;
- VII - valores apurados na venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade.

## **Seção VI**

### **Da estrutura herdada e da contratação temporária<sup>24</sup>**

Art. 62 É o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários para atender as despesas de estruturação e manutenção da ANF, utilizando como recursos as dotações orçamentárias destinadas às atividades finalísticas e administrativas, observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesas previstos na Lei Orçamentária em vigor.

Art. 63 É a ANF autorizada a efetuar a contratação temporária, por prazo não excedente de trinta e seis meses, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, do pessoal técnico imprescindível à continuidade de suas atividades.

---

<sup>23</sup> 3.4.1 Fontes de Receita – 3.4.2 Gestão financeira – 3.4.3

<sup>24</sup> 3.3.4 Estrutura herdada e contratação temporária.

§ 1º Até que seja provido o cargo de Procurador-Geral da ANF, a Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente e a Advocacia-Geral da União prestarão à autarquia a assistência jurídica necessária, no âmbito de suas competências.

§ 2º A Agência Nacional de Florestas – ANF será constituída com a publicação de seu regimento.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da cooperação entre unidades da federação<sup>25</sup>**

Art. 64 Sem prejuízo do disposto nos incisos VI e VII do art. 23 da Constituição Federal, a execução das atividades complementares de regulação, concessão e controle do manejo de florestas públicas poderá ser delegado pelos Estados, Distrito Federal e Municípios a União, bem como pela União aos entes federados, mediante contrato de gestão.

§ 1º A delegação de que trata este Capítulo dar-se-á quando o Distrito Federal, o Estado ou o Município interessado não possua serviços técnicos e administrativos devidamente organizados e aparelhados para execução das atividades exercidas pela ANF ou quando ocorrer o interesse da União na descentralização.

§ 2º A cooperação de que trata este artigo dar-se-á por meio de contrato de gestão a ser firmado entre o ente da federação concedente e órgão responsável pela operacionalização da gestão de florestas públicas, conforme disposto no **art. 60** desta Lei.

§ 3º A execução das atividades delegadas será permanentemente comunicada aos entes federados contratantes, nos termos do respectivo contrato.

Art. 65 Na execução das atividades complementares de regulação, controle e fiscalização das atividades florestais, a unidade federativa observará as pertinentes normas legais e regulamentares federais.

§ 1º As normas de regulação complementar baixadas pela unidade federativa deverão se harmonizar com as normas expedidas pela ANF.

§ 2º É vedado à unidade federativa contratante exigir de concessionário sob sua ação complementar de regulação, controle e fiscalização obrigação não exigida ou que resulte em encargo distinto do exigido de empresas congêneres, sem prévia autorização da ANF.

### **TÍTULO V**

#### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS<sup>26</sup>**

Art. 66 As florestas públicas com Planos de Manejo aprovados e em execução serão vistoriados e se comprovado o bom andamento do manejo florestal os concessionários terão a possibilidade de cobrir a proposta vencedora da licitação da unidade de manejo que contém o Plano de Manejo em execução.

§ 1º O vencedor da concessão deverá seguir o Plano de Manejo em execução, podendo revisá-lo nos prazos previstos na Lei.

§ 2º O edital de licitação dos casos previstos no caput deverá conter os valores de indenização sobre as benfeitorias e investimento já realizados na área a serem pagos ao executor do plano de manejo.

<sup>25</sup> 3.5 Da relação com os Estados – 3.5.1 Formas de gestão das unidades da federação – 3.5.2 Descentralização (ANF para Estado) – 3.5.3 Contrato de Gestão (Estado para ANF)

<sup>26</sup> 4. Das disposições transitórias

